



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º ,DE 2024**

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

*Requer-se que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acerca do alerta do Tesouro contra 'plano Dilma' para energia.*

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acerca do alerta do Tesouro contra 'plano Dilma' para energia.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Considerando que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deverá custar 37 bilhões de reais em 2024, e que o secretário do Tesouro Nacional alertou sobre a falta de espaço no orçamento para bancar novos subsídios, como o Ministério de Minas e Energia planeja financiar esses custos sem comprometer a saúde fiscal do país?*
- *Com a Eletrobras devendo pagar valores significativos para fundos regionais e para a CDE como parte do processo de privatização, qual é a estratégia do ministério para utilizar esses recursos de forma a impactar minimamente o déficit*





*primário, previamente destacado como preocupação pelo Tesouro Nacional?*

- Dada a previsão de economia de 7 bilhões de reais para os consumidores com a medida provisória recentemente anunciada, como o Ministério pretende equilibrar esses benefícios imediatos com o risco de aumentos futuros na dívida pública e inflação, elementos já problematizados em tentativas anteriores como na gestão de Dilma Rousseff que resultou em um custo adicional de 200 bilhões de reais?*
- A proposta de utilizar 295 milhões de reais anuais do Fundo da Amazônia Legal para suavizar os impactos tarifários na região é sustentável a longo prazo? Como o Ministério planeja monitorar e avaliar a eficácia desse investimento específico em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável e controle fiscal?*
- Como o Ministério de Minas e Energia pretende implementar a equalização dos custos entre o mercado livre e o mercado regulado de energia, considerando que essa medida poderia redistribuir significativamente as despesas entre diferentes grupos de consumidores? Quais são os possíveis desafios e resistências esperados?*
- Qual é a visão do Ministério sobre os impactos de longo prazo das medidas propostas na redução das tarifas de energia, especialmente considerando os reajustes previstos de 34% no Amapá e a necessidade de manter a estabilidade fiscal?*

### JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acerca





do alerta do Tesouro contra 'plano Dilma' para energia.

Isto porque, conforme noticiado<sup>1</sup>, secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, alertou sobre a falta de espaço no Orçamento para bancar os subsídios de energia e evitar o aumento da conta de luz. Em entrevista ao G1, ele afirmou que o orçamento fiscal tem "zero espaço" para acomodar novas despesas. *"O orçamento fiscal já tem zero espaço para acomodar despesas novas relevantes. Não se trata de mérito, não é uma discussão se é legítimo ou não. O orçamento público está já bastante tensionado, já tem mil e uma demandas já existentes, que demandam zelo e cuidado"*, disse o secretário.

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conta utilizada para agrupar diversos subsídios no setor de energia, está prevista para ter um custo de 37 bilhões de reais em 2024. Deste total, grande parte, aproximadamente 33 bilhões de reais, será financiada diretamente pelos consumidores através de suas contas de luz.

Recentemente, no início de abril, o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, apresentou três sugestões ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o objetivo de financiar parte das tarifas de energia. As propostas incluem a utilização dos recursos obtidos pelos leilões de petróleo realizados pela Pré-sal Petróleo SA (PPSA), a inclusão dessas despesas no Orçamento da União, e a equalização dos custos entre o mercado livre e o mercado regulado de energia.

No entanto, quando questionado sobre a viabilidade de transferir essas despesas para o Orçamento da União, desvinculando-as do limite fiscal estabelecido, Ceron destacou que tal medida não altera o fato de que continuam sendo despesas públicas. Ele alertou que isso resultaria em um impacto no resultado primário do governo, exigindo aumento da dívida pública e potencialmente elevando a inflação. Essa abordagem sugere uma preocupação significativa com as implicações

<sup>1</sup> <https://oantagonista.com.br/economia/tesouro-alerta-contr-plano-dilma-para-energia/>





fiscais e econômicas de tais mudanças na gestão dos custos energéticos.

O governo Lula (PT) anunciou na quarta-feira, dia 10, uma medida provisória (MP) que antecipa recursos da Eletrobras com o objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica e prorrogar os subsídios para fontes de energia renováveis.

Segundo estimativas do governo, ainda para o ano de 2024, espera-se que essa medida gere uma economia de 7 bilhões de reais para os consumidores, o que corresponderia a uma redução de 3,5% nas tarifas. A diminuição na conta de luz será realizada por meio da utilização de recursos que a Eletrobras deve pagar, conforme determinado pela lei que autorizou a sua privatização, destinados tanto para fundos regionais quanto para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Além disso, a MP prevê o uso de recursos do Fundo da Amazônia Legal, que recebe contribuições anuais de 295 milhões de reais pela Eletrobras, para amenizar os impactos tarifários na região amazônica. Esses recursos serão empregados para suavizar o reajuste tarifário previsto de 34% no Amapá.

No final de 2012, a então presidente Dilma Rousseff implementou uma medida que resultou em uma redução de aproximadamente 16% nas tarifas de energia no ano seguinte. Contudo, essa "solução" para reduzir as tarifas custou 200 bilhões de reais adicionais aos brasileiros e levou a um aumento significativo nas tarifas de energia nos anos subsequentes.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes quanto o alerta do Tesouro contra 'plano Dilma' para energia, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com





CÂMARA DOS DEPUTADOS

finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2024.

**DEPUTADO Evair Vieira de Melo**

Apresentação: 26/04/2024 16:32:20.583 - CME

REQ n.35/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245400729800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

